

**ATA DA 107ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERMINISTERIAL
DE MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA - CIMGC**
**02 de outubro de 2018, 3ª feira, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e
Comunicações, Sala dos Conselhos, 5º andar**

Membros Participantes

1. Antônio Juliani – Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
2. Ana Luiza Champloni – Ministério da Fazenda
3. Fernanda Barbosa – Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
4. Luis Fernando Badanhão – Ministério de Minas e Energia
5. Marcio Rojas da Cruz – Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
6. Paulo José Chiarelli – Ministério das Relações Exteriores

Outros Participantes

1. Danielly Godiva S. Moleta – Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
2. Lidiane R. de Oliveira Melo – Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
3. Mário Henrique R. Mendes – Ministério do Meio Ambiente
4. Rose Diegues – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
5. Sonia Regina M. de Bittencourt – Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Assuntos abordados:

1. Abertura da Reunião

O representante do MCTIC abriu a 107ª reunião ordinária da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima às 14h:45min. Iniciou a reunião solicitando a inclusão de dois novos itens na agenda: Considerações sobre o pedido de submissão do PoA LATAM Landfill e Informes sobre a disponibilização das atas da CIMGC no site do MCTIC.

2. Aprovação da Ata da 106ª reunião ordinária da CIMGC.

Aprovada por unanimidade.

3. Solicitação de submissão do PoA LATAM landfill.

A Secretária Executiva da CIMGC informou que a BENG Engenharia Ltda., com vistas a obter a Carta de Aprovação do Programa de Atividades (PoA) no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) "Latam Landfill PoA", protocolou a entrega da documentação necessária no MCTIC em 14 de setembro de 2018. Por ocasião da conferência da documentação entregue, verificou-se não constar no site da UNFCCC a informação de que a Entidade Nacional Designada que validou o PoA, a EARTHOOD SERVICES PRIVATE LIMITED - ESPL, possui escritório de representação no Brasil.

Verificou-se, também, não constar na documentação entregue, pelo menos uma Atividade de Projeto Componente (CPA), nem tão pouco seu relatório de validação, conforme determinam os incisos II e III do parágrafo 3º da Resolução nº 9, da CIMGC.

Ao ser informado sobre a impossibilidade de submissão do PoA à CIMGC dado os motivos supracitados, o representante da BENG Engenharia encaminhou correspondência à CIMGC apresentando as seguintes ponderações:

a) *“a ESPL está atualmente analisando opções sobre como fazer com que seu representante no Brasil, ou seja, VERIFIT LTDA, que é totalmente estabelecido no Brasil (CNPJ 09.278.264/0001-86), apareça na página da UNFCCC, e acreditamos que isso poderá ser alcançado muito em breve e informaremos a comissão assim que tivermos confirmação. Notem que, apesar disso, entendemos que cumprimos integralmente a exigência do artigo 4, inciso II, da Resolução 1 da CIMGC, já que a ESPL tem um contrato com a VERIFIT pelo qual a VERIFIT é nossa representante estabelecida no Brasil e a ESPL pode garantir o cumprimento da legislação brasileira, considerando também que os auditores da ESPL designados para validação de projetos no Brasil são cidadãos brasileiros com pleno conhecimento dos requisitos do anfitrião”.*

b) *“com relação ao segundo ponto, gostaríamos de esclarecer que os padrões atuais da UNFCCC, mais especificamente o Padrão de Projeto de MDL (OS) para PoAs, versão 01.0, ao contrário do que acontecia em 2009 quando a Resolução 9 da CIMGC foi emitida, a validação do PoA e validação da inclusão de uma CPA atualmente são feitas em duas etapas subsequentes, ou seja, primeiro um PoA tem que ser registrado pela UNFCCC, que requer tanto uma LOA (carta de aprovação) do país anfitrião quanto uma opinião de validação positiva por uma DOE. Então, depois que o PoA é registrado, a EOD pode solicitar a inclusão de um CPA devidamente validada. Estes dois exercícios separados são descritos respectivamente nas seções 7.13 (validação para registro de PoA) e seção 8.10 (validação para inclusão de CPAs) de OS para PoAs. E isso também é refletido nas seções 7.1 e 8.1 da Padrão de Validação e Verificação do MDL (VVS) para PoAs, versão 01.0 ...”*

A CIMGC analisou as ponderações apresentadas e decidiu que para efetivar a submissão do PoA em questão, o proponente deve encaminhar à Secretaria-Executiva:

a) comprovação de regularização da Entidade Operacional Designada "Earthood Services Private Limited" junto ao Secretariado do Conselho Executivo do MDL da Convenção sobre Mudança do Clima no sentido de constar, no site do MDL (<https://cdm.unfccc.int/DOE/list>) os dados da empresa legalmente estabelecida no Brasil autorizada pela Earthood a representá-la no âmbito do MDL.

b) encaminhar o documento de concepção de, pelo menos, uma Atividade de Projeto Componente (CPA, em inglês) na forma solicitada pela Resolução nº 9 da CIMGC, disponível em: http://www.mctic.gov.br/mctic/export/sites/institucional/ciencia/SEPED/clima/arquivos/legislacao_cimgc/Resolucao-n-9-de-20-de-marco-de-2009.pdf.

Quanto à CPA, a Comissão em sua 107ª reunião ordinária, realizada em 02 de outubro de 2018, decidiu por aceitá-la ainda não validada, considerando os novos procedimentos estabelecidos para PoAs pelo Conselho Executivo do MDL. Entretanto, a despeito destes novos procedimentos, o envio da CPA à CIMGC é obrigatório de acordo com as regras brasileiras em vigor (Resolução nº 9 da CIMGC). Possíveis alterações na referida resolução, à luz dos novos procedimentos, serão avaliadas pela Comissão, considerando,

inclusive as decisões das Conferências das Partes. No momento, deve-se seguir as normas da resolução em vigor.

4. Deliberação sobre a atividade de projeto submetida à CIMGC em 07 de agosto de 2018 - Projeto nº 477/2018 (Projeto MDL da PCH Salto Santo Antônio (JUN 1205), Brasil).

A Comissão deliberou pela aprovação com ressalvas, para atendimento à seguinte exigência:

- a) apresentar comprovação de regularização da Entidade Operacional Designada "Earthood Services Private Limited" junto ao Secretariado do Conselho Executivo do MDL da Convenção sobre Mudança do Clima no sentido de constar, no site do MDL (<https://cdm.unfccc.int/DOE/list>) os dados da empresa legalmente estabelecida no Brasil autorizada pela Earthood a representá-la no âmbito do MDL.

5. Formulários de consideração prévia.

Os membros da comissão foram informados sobre o recebimento pela Secretaria-Executiva de formulários de consideração prévia que indicam intenção de registrar os seguintes projetos no âmbito do MDL:

- Projeto de Gerenciamento de Gás de Aterro de Paranaguá (recebido em 13/09/2018); e
- Projeto de Energia Renovável Combio de Alumínio (recebido em 18/09/2018).

6. Disponibilização das atas da CIMGC no site do MCTIC.

O representante do MCTIC comentou sobre a prorrogação do prazo para verificação do conteúdo das atas da CIMGC quanto a possível existência de informação que deva ter acesso restrito com base no art. 23, da Lei nº 12.527/2011. Esclareceu que a prorrogação do prazo foi necessária devido ao problema de acesso às atas apresentado pelo aplicativo utilizado para disponibilizar as mesmas aos membros, de forma que para solucionar o problema as atas foram copiadas em *pendrives* e entregues em mãos aos integrantes da CIMGC. Alertou que as atas serão disponibilizadas ao público imediatamente após a finalização do novo prazo acordado (08 de outubro de 2018).

7. Apresentação da 5ª edição das Estimativas Anuais das Emissões de Gases de Efeito Estufa no Brasil.

Danielly Godiva, especialista da Coordenação-Geral do Clima do MCTIC, apresentou aos membros o estágio atual de elaboração da 5ª edição das Estimativas Anuais das Emissões de Gases de Efeito Estufa no Brasil esclarecendo que alguns dados ainda deverão ser confirmados e/ou ajustados antes do lançamento dessa edição.

8. Informes sobre a Conferência de Bangkok.

O representante do MRE apresentou os principais resultados da Conferência de Bangkok sobre Mudança do Clima, realizada no período de 4 a 9 de setembro de 2018 e informou sobre o documento que deverá ser disponibilizado pela UNFCCC em 15 de outubro “APA–SBSTA–SBI.2018.Informal.2”, sobre as reflexões conjuntas apontadas pelo Grupo de Trabalho *Ad Hoc* sobre o Acordo de Paris (APA), pelo Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico e Tecnológico (SBSTA) e pelo Órgão Subsidiário de

Implementação (SBI) que assinalam os progressos realizados até a data e identificam formas de avançar, incluindo propostas textuais para promover a deliberação das Partes. O documento tem por objetivo abordar todos os assuntos do Programa de Trabalho do Acordo de Paris (PAWP, em inglês) de modo a facilitar a conclusão do PAWP na COP 24.

9. Informes sobre a 4ª Comunicação Nacional do Brasil à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima.

Lidiane Melo, Coordenadora da Comunicação Nacional, fez um reporte sobre a implementação dos componentes do projeto: Circunstâncias Nacionais, Impactos, Adaptação, Vulnerabilidade e Inventário Nacional de Emissões de GEE. Ao final, a representante do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) teceu comentários sobre a importância da Comunicação Nacional e informou sobre a intenção do MCTIC e PNUD de tornarem a forma de apresentação e a linguagem da 4ª Comunicação Nacional mais acessíveis ao público.

10. Informes sobre a Portaria que institui a criação do Comitê Técnico Consultivo do Projeto Avaliação da Necessidades Tecnológicas para Implementação de Planos de Ação Climáticas no Brasil (TNA).

O representante do MCTIC solicitou aos membros que enviem à Secretaria-Executiva, por meio do e-mail institucional da CIMGC, as informações do responsável em seu ministério (Secretário ou Diretor) para fazer as indicações dos representantes, titulares e suplentes, para compor o Comitê Técnico Consultivo do Projeto TNA.

11. Encerramento.

Esgotados todos os assuntos da pauta, e não havendo solicitações de novos pronunciamentos, a reunião foi encerrada às 17h:22min.